

## EIXO TEMÁTICO 7 | DIREITOS HUMANOS, VIOLÊNCIA E POLÍTICAS PÚBLICAS

### LETALIDADE JUVENIL NO ESTADO DO PIAUÍ: segurança pública para ou contra a juventude?

### "YOUTH LETHALITY IN THE STATE OF PIAUÍ: public security for or against youth?"

Elton Guilherme dos Santos Silva<sup>1</sup>  
Lila Luz Xavier<sup>2</sup>

#### RESUMO

Neste artigo, analisamos o perfil da letalidade juvenil no estado do Piauí, com foco na segurança pública, com base em uma pesquisa “Diagnóstico do Perfil das Juventudes Piauienses”. O estudo revela altas taxas de violência, sobretudo entre os jovens negros e de comunidades periféricas. Abordamos a violência institucional, evidenciando a relação complexa entre as forças de segurança e os jovens, marcada por desconfiança e abusos. Os resultados revelam uma sensação de insegurança entre os jovens, influenciada por fatores como atividade de policiamento, infraestrutura precária e presença do tráfico de drogas. Destacamos a presença de organizações criminosas no estado e suas consequências para a segurança da juventude, a necessidade de políticas públicas eficazes que abordem as causas estruturais da violência e promovam a garantia aos direitos humanos. Conclui-se que garantir o direito à segurança pública é fundamental para o desenvolvimento e bem-estar das juventudes piauienses.

Palavras-chave: Juventudes, Segurança Pública, Direitos Humanos, Juvencídio.

#### ABSTRACT

The article examines the profile of youth lethality in the state of Piauí, focusing on public security, based on a study titled "Diagnosis of the

<sup>1</sup> Discente de Ciências Sociais pela Universidade Federal do Piauí (UFPI). Desenvolve pesquisa Núcleo de Pesquisa em Crianças, Adolescentes e Jovens (NUPEC), Rede de Observatórios da Segurança e Observatório da Segurança Pública do Piauí. E-mail: eltonguilherme56@gmail.com

<sup>2</sup> Doutora em Serviço Social (PUC SP), possui mestrado em Serviço Social pela mesma instituição e graduação em Serviço Social pela Universidade Federal do Piauí (UFPI). Coordena o Núcleo de Pesquisas (NUPEC) E-mail: lilaxavier@hotmail.com.

Profile of Piauí Youth". By examining the needs and challenges faced by young people in Piauí, we highlight the importance of the right to public security, as established by the Youth Statute. The study reveals high rates of violence, especially among black youth and those from peripheral communities. It also addresses institutional violence, highlighting the complex relationship between security forces and youth, marked by distrust and abuse. The results reveal a sense of insecurity among young people, influenced by various factors such as policing activity, poor infrastructure, and the presence of drug trafficking. It highlights the presence of criminal organizations in the state and their consequences for youth security. It also emphasizes the need for effective public policies that address the structural causes of violence and promote the protection of human rights. It is concluded that ensuring the right to public security is fundamental to the development and well-being of Piauí youth.

**Keywords:** Youth, Public Security, Human Rights. Youth Homicide.

## 1 INTRODUÇÃO

Este trabalho é resultado de parte do levantamento realizado para pesquisa "Diagnóstico do Perfil da Juventude Piauiense (2023-2024)" em parceria com a Coordenadoria de Juventudes do Piauí (COJUV) e Núcleo de Pesquisa em Crianças, Adolescentes e Jovens (NUPEC), e oferece uma análise sobre as características, comportamentos e aspirações da juventude no estado do Piauí.

Ao examinar diversos aspectos, como educação, emprego, saúde, cultura, lazer, participação política e segurança pública, esta pesquisa fornece uma visão detalhada das necessidades, desafios e potenciais desse segmento social. Neste trabalho iremos focar em aspectos como taxas de criminalidade, sensação de (in)segurança nas comunidades, exposição à violência e confiança nas instituições de segurança, os resultados oferecem uma compreensão aprofundada dos desafios enfrentados pelos jovens em termos de segurança em seus respectivos territórios e comunidades.

Segundo a Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013, que institui o Estatuto da Juventude, um dos direitos dos jovens é o direito à segurança pública e ao acesso à justiça. Esse direito envolve a garantia de proteção contra a violência, a discriminação e a criminalização, bem como o acesso a mecanismos de prevenção, mediação e reparação de conflitos.

Segundo Estatuto da Juventude (2013), todos os jovens têm direito de viver em um ambiente seguro, sem violência, com garantia da sua incolumidade física e mental, sendo-lhes asseguradas a igualdade de oportunidades e facilidades para seu aperfeiçoamento intelectual, cultural e social. No entanto, a realidade da juventude brasileira é marcada por altos índices

de violência, especialmente entre os jovens negros, pobres e moradores de periferias.

A violência e a criminalidade assombram a vida cotidiana de boa parte da população brasileira. Apesar dos esforços empreendidos e de algum resultado modesto, o país ainda apresenta taxas exorbitantes de homicídios, especialmente quando comparado aos demais países. Entretanto, o fato mais preocupante é que a juventude aparece como protagonista para compreensão deste fenômeno perverso.

Dessa forma, este trabalho traz uma breve análise descritiva dos homicídios no Piauí, através da apresentação das principais estatísticas disponíveis e dos dados do Diagnóstico do Perfil da Juventude Piauiense. Também discorreremos acerca da identificação de algumas características sociais dos jovens expostos ao risco da violência letal.

Em 10 anos o Piauí teve a evolução de (15,7%) da mortalidade violenta, para tanto, recorreremos a estes indicadores, tentando dar uma ideia, uma aproximação do que esses números representam às juventudes piauiense que aqui residem e resistem, e que experimentam o silêncio como um álibi permissivo de um Estado leniente com tal realidade.

De acordo Juventude Viva (2021) esses jovens não têm a chance de concluir sua vida escolar, de construir um caminho profissional, de formar sua própria família ou de serem reconhecidos pelas suas conquistas no contexto social em que vivem.

Diante desse cenário, é necessário que o Estado implemente políticas públicas de segurança que respeitem os direitos humanos e da juventude, que promovam a prevenção da violência e fortaleçam a participação social, fiscalizando e responsabilizando as violações de direitos. Ocorre, que por vezes, essas violações de direito são perpetradas por parte das forças de segurança, como tortura, abuso de autoridade e execuções extrajudiciais. Há uma relação de indiferença das juventudes perante as instâncias de segurança e justiça que utilizam do imperativo da violência para realizar abordagens vexatórias ou arbitrárias, com torturas dentro e fora das instituições prisionais.

O impacto da violência na forma da criminalidade está alicerçado em fatores socioeconômicos, que vão desde a desproteção social à ausência de equipamentos educacionais, culturais e sociais de qualidade nos territórios - ditos em desenvolvimento. Incluir essa dimensão da violência de Estado proporciona uma visão mais ampla do perfil da juventude em relação a segurança pública, destacando contextualizações que podem exigir intervenções específicas no Estado do Piauí em relação à garantia de direitos das juventudes.

Tais violências e violações de que acometem às juventudes piauienses têm ganhado contornos brutais, enfoques em capas de manchetes jornalística e repercussão nacional, ao

tempo que imputam sequelas crônicas a este mesmo segmento social que se vêem distantes das políticas que em suma, são insuficientes ou fragmentadas.

Os números são relativamente altos o que torna difícil, ou quase impossível, elaborar uma imagem mental, uma representação de sua magnitude e significação, então cabe perguntar: Qual segurança destinada à juventude piauiense?

## **2 JUVENTUDES (IN)JUSTIÇADAS: quantos mais terão que morrer?**

No diagnóstico realizado pelo Fórum Popular de Segurança Pública (2020) em parceria com a Secretaria Municipal de Juventude (SEMJUV) sobre avaliação do Programa Vila Bairro Segurança, apresentam um panorama da violência na capital Teresina com foco na região de lagoas do Norte (zona norte da cidade) e percebem que a região mais violenta da cidade é a Zona Norte somada a Zona Central, em contrapartida, os bairros mais violentos são pertencentes à região Sul e Sudeste.

Embora estejam avaliando uma região específica da cidade é importante termos a dimensão que a capital do Piauí sofre com a situação da violência e das violações de direitos sociais, tendo em vista que o relatório de pesquisa evidencia também informações coletadas em entrevistas com uso de survey e buscava compreender de que forma os 511 jovens moradores da região Norte vivenciavam as mais diversas situações de violência urbana (2016-2020).

Como forma de prevenir o contato com situações que possam colocá-los em risco, 90% dos jovens afirmou, à época, que evitava andar sozinho nas ruas e mais da metade dos entrevistados (54%) confirmou que já deixou de sair de casa por medo da violência na cidade. Apenas (43%) dos jovens moradores da região norte em 2016, portanto, se sentiam completamente seguros no interior de suas próprias casas. Ainda chamava atenção que para a grande maioria (87%), a violência nos bairros em que moravam havia aumentado muito no último ano.

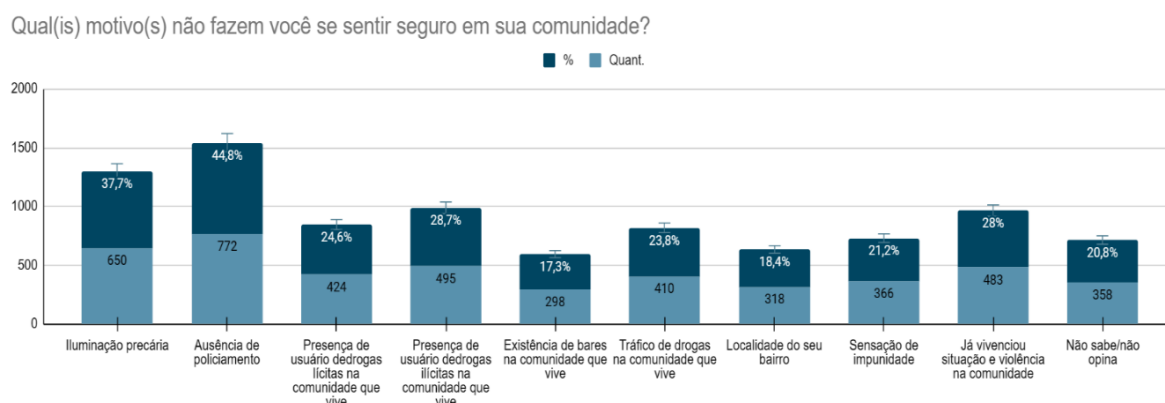
Os espaços públicos identificados como mais inseguros eram, naquele momento, os pontos de ônibus, as ruas – do bairro em que os jovens moram e da cidade como um todo – e os transportes coletivos.

As violências que atingem os segmentos juvenis no estado Piauí, requer atenção redobrada frente às dinâmicas que aqui nascem, mas das que também chegam cambiadas de outros lugares e que se introjetam nas periferias da capital, como também em territórios das zonas rurais do Piauí. Ou seja, como o recrudescimento da violência armada, tráfico de

drogas, crime organizado, violência policial, o medo e insegurança atingem às juventudes piauienses?

São diversos os motivos que contribuem para a conformar uma sensação de segurança em uma comunidade, conforme a mostra de 1.714 jovens do Piauí respondentes desta investigação, apontaram que:

Gráfico I – Motivo(s) que não fazem o jovem se sentir seguro em sua comunidade - Piauí 2024



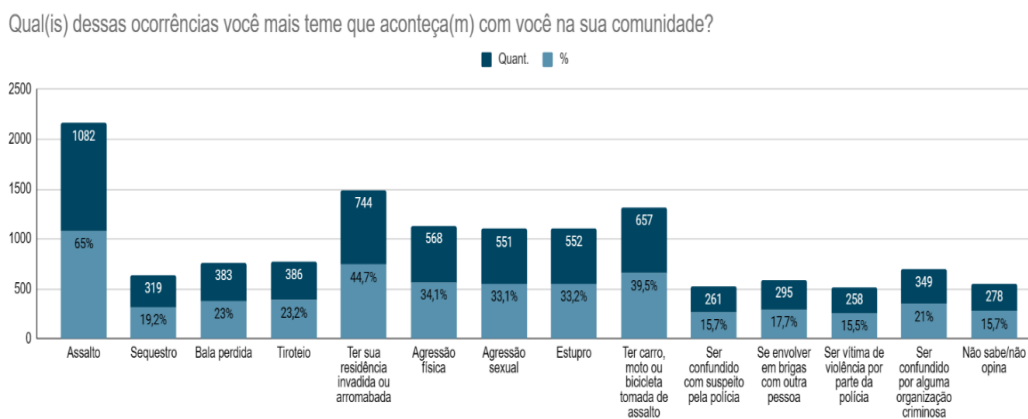
Fonte: Diagnóstico do Perfil da Juventude Piauiense (2023-2024).

Problemas como falta de saneamento básico, iluminação, acesso a equipamentos sociais, obras de infraestrutura são pontos importantes a serem discutidos como questões intrínsecas a questão social e a sensação de insegurança. Da mostra, (44,8%) consideram que a falta de policiamento contribui para manutenção da sensação de insegurança, bem como iluminação precária (37,7%) nos territórios, a presença de usuários de drogas lícitas e ilícitas somadas resultam em (53,3%).

Dos jovens que participaram da pesquisa, (23,7%) entendem que o tráfico de drogas faz com que não se sintam seguros e (28%) dos jovens já vivenciaram alguma situação de violência em suas respectivas comunidades. Ainda sobre os fatores que permitem a sensação de insegurança dos jovens nas comunidades, a possibilidade de serem vítimas de assaltos representam (65%) das respostas, em segundo lugar, ter sua casa invadida ou arrombada (44,7%), em terceiro lugar, ter seu carro, moto ou bicicleta roubados (39,5%).

De forma expressiva, aparece, (23,2%) tiroteio, (23%) bala perdida, ser confundido por alguma organização criminosa (21%) e ainda (15,7%) temem ser confundido com suspeitos pela polícia e de serem vitimados por parte da polícia (15,5%).

Gráfico II - Ocorrências temidas, pelos jovens, que aconteçam na comunidade - Piauí 2024



Fonte: Diagnóstico do Perfil da Juventude Piauiense (2023-2024)

Ainda sobre anseios e insegurança, violência psicológica (38,8%), física (20,9%), sexual (20,9%), violência moral (19,9%) e patrimonial (5,3%) também compõem o rol de violências que atravessam as juventudes piauienses. A soma de quem já sofreu algum tipo de violência com quem não tem certeza, corresponde a (47,4%), em detrimento de (47,2%) de quem assinalou nunca ter sofrido violência.

A (in)segurança que leva à perda de vidas tão jovens geram impactos danosos para os espaços públicos e privados, mas também para toda a sociedade. Entretanto, os problemas da violência que acomete os segmentos juvenis não se resumem somente a violência letal com arma de fogo. A violência sexual e de gênero também estão presentes e frequentemente se traduzem em mais violações de direitos, a soma de agressão sexual e estupro é de (66,5%).

Embora estas violências apareçam, é expressivo o percentual da juventude que sabem onde recorrer, pois (67,4%) já recebeu informações como se proteger contra assédio, abuso ou violência. Destes, (32,6%) não receberam informações ou não sabem como se proteger. Enquanto (75,8%) têm conhecimento acerca dos números de emergência (como o serviço de emergência médica ou a polícia), (23,9%) responderam que não conhecem, não sabem ou preferiram não opinar.

A violência expressa no contexto urbano e como os jovens são afetados por ela, inclui a análise das dinâmicas das organizações criminais, tráfico de drogas e outros fenômenos que contribuem para a insegurança nas comunidades.

A dinâmica do estado pouco a pouco vem se modificando (principalmente nos últimos dez anos) no campo da violência e principalmente da violência letal, gerando um alerta para

as autoridades em decorrência do crescimento e da presença de grupos criminais no município como em todo o estado, que passaram a atuar em algumas frentes, dentre elas: a estratégica de ocupação do espaço e a movimentação do tráfico de drogas, assim como a disputa armada dos espaços, o que faz aumentar o número de homicídios principalmente entre jovens.

Conforme, o Anuário Nacional de Segurança Pública de 2022, essa presença eleva os níveis de violência nos municípios urbanos e rurais, principalmente a violência letal e esses grupos atuam principalmente nas periferias, ocupando vários espaços vicinais, assim como também os arredores das escolas e trazendo a violência e a letalidade para todos os espaços comunitários, mais uma vez as juventudes são as que se encontra-se mais vulneráveis diante dessa realidade mortífera.

Em relação às forças de segurança, a interação dos jovens com agentes e com as instituições que os compõem, é importante avaliar se essas interações são marcadas por uma forma de “simbiose” entre a confiança e a desconfiança - como os dados e informações demonstraram na seção anterior.

De acordo com a Rede de Observatórios da Segurança (2023), (58,97%) das vítimas de violência letal por disparos policiais no Piauí tinham entre 18 e 29 anos, desses, 56,41% se concentram na capital Teresina. São muitos os desafios: os dados aumentam, as compreensões se expandem, os governos mudam, os anos passam e as políticas públicas para as juventudes aparecem cada vez mais ausentes e distantes do segmento social que tanto pretende incidir.

Pesquisas Brasil a fora, vêm popularizando o debate acerca do genocídio da juventude negra, elencando esta e outras categorias sociais para serem utilizadas como ferramentas teórico-metodológica no que diz respeito à compreensão de elementos fundamentais para criação de políticas públicas eficiente com enfoque nas juventudes e redução das mortes violentas letais.

Para Valenzuela (2015) e Calazans (2020), o Juvenicídio possui vários componentes que perpassam o mero registro de jovens assassinados, dessa forma, caracterizado por meio da precarização da vida dos jovens e a condição de sobreviventes de uma realidade que expõe os processos de precarização, vulnerabilidade, estigmatização, criminalização e morte.

Feffermann (2015) em “Genocidio de la Juventud Negra: deconstruyendo mitos”, apresenta que a relação dos estudos de juvenicídio, com o que no Brasil conhecemos por



Genocídio da juventude negra, usando a categoria analítica de juvenicídio, no Brasil, em diálogo e equivalência com estudos que ancoram suas teorias discursivas, no conceito de “Necropolítica” de Achille Mbembe.

Mbembe (2018) fazendo referência às “formas contemporâneas que subjagam a vida ao poder da morte”, onde o filósofo camaronês define, essencialmente, como “política de morte” com poder de decidir quem pode viver e quem deve morrer.

De que morrem os jovens? Para estes autores a resposta está nas políticas neoliberais, desemprego, políticas de controle instrumentalizada pelo medo com tolerância zero e a partir do Estado Penal. O tráfico de drogas, somado às políticas de políticas proibicionistas e guerra às pessoas que usam e comercializam drogas e na resposta belicamente repressiva durante atividade de policiamento que atua sobretudo a partir da seletividade penal e filtragem racial, sob égide do estigma que classifica às juventudes, sobretudo negra e periférica como indivíduos que estão inabilitados para aceitação social plena.

Aqui no Estado do Piauí, a Necropolítica é expressa na política do deixar morrer. Segundo análise de Elton Guilherme, publicada pela Rede de Observatórios de Segurança, o “Piauí vive cotidiano bélico com política do ‘deixa morrer’”, revelando que o Piauí se tornou rota do tráfico internacional de drogas e o epicentro das disputas violentas entre organizações criminosas. Portanto, a presença das organizações criminosas, seja na capital do Piauí, seja no interior, se expressa através da disputa pelo monopólio do mercado do tráfico de drogas nos territórios com uso, sobretudo, através da violência armada.

As organizações que aqui chegam, fortalecem gangues e galeras reincidentes, aumentando seu poder bélico e avançando para as mais diversas periferias do estado. Isto é, grupos até então estabelecidos, são incorporados às fileiras das organizações criminosas e agora com o poder armamentista delas.

Atualmente, o Primeiro Comando da Capital - PCC e o Bonde dos 40 - B40 apresentam prevalência nas disputas na capital e no interior do estado, com atuação direta no tráfico de drogas e no aumento circunstancial de crimes letais, às consequências dessa sociabilidade de guerra são expressas no cotidiano bélico, estabelecendo a violência como tônica dessas relações entre outras organizações, Estado, jovens e periferia.

Somada a essas questões, a agenda da Segurança Pública e do Acesso à Justiça oferece uma gama de outras questões complexas que podem ser discutidas em interface com as juventudes. Assim, considerando a disponibilidade dos dados e análises, o interesse do



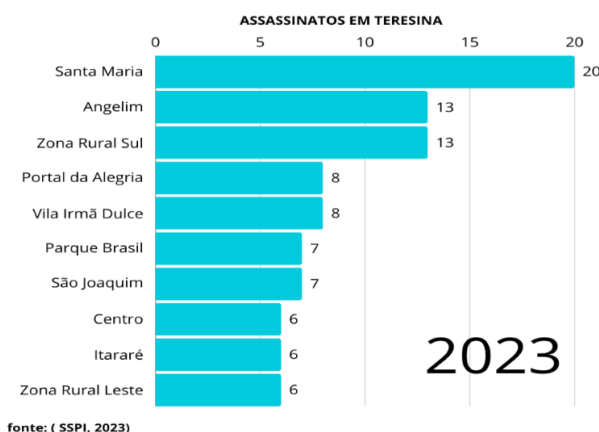
presente trabalho trata das informações sobre a violência contra a juventude a partir dos números de homicídios e de mortes violentas intencionais, incluindo intervenções legais do Estado.

A distribuição espacial da violência homicida, principalmente quando desagregada em nível de município, se revela como uma fonte profícua de descobertas para a análise dos fatores que incidem em sua produção e reprodução e, a partir desse quadro, melhorar as condições de propor e implantar políticas específicas de enfrentamento, vejamos os gráfico abaixo:

**Gráfico III - Assassinatos por território de desenvolvimento (2023).**



**Gráfico IV - Assassinatos em Teresina (2023).**



A violência letal que acomete o Piauí, concentra-se no Território Entre Rios com (47,9%). Além da capital Teresina, outras cidades registram em média 50.1% de morte nos últimos anos, demonstrando um processo que convém chamar de interiorização do crime e que pode ser explicada por esse processo de interiorização das organizações criminais para zonas tidas como mais pacatas, onde o tráfico e absorção de jovens podem acontecer de maneira mais escamoteado e silenciosa, entretanto, a maior parte das mortes violentas letais intencionais acontecem nas áreas tidas como urbana do Piauí.

Quando ampliamos nosso olhar de análise para a Capital do Piauí, Teresina, percebemos focos de incidência do tipo de violência letal sobreposto excepcionalmente em regiões tidas com mais pobres e periféricas. Para abordar efetivamente os problemas enfrentados pelas juventudes, é crucial fortalecer a colaboração entre diferentes partes interessadas. A criação de políticas públicas baseadas em evidências, que abordam tanto as causas quanto as consequências da violência, é imperativa e se faz urgente.

Ainda assim, quando se busca relacionar juventude e segurança, a chave de pensamento

mais comum vincula os jovens como a grande causa e não como principais vítimas da violência estrutural. O enfrentamento à letalidade juvenil no Piauí passa pela promoção da igualdade, o respeito à diversidade e a criação de políticas e práticas que garantam que todos os indivíduos sejam tratados de maneira justa e equitativa, independentemente de sua raça ou etnia.

A violência letal chega nestes bairros e comunidades por meio da discriminação, preconceito ou hostilidade direcionada a indivíduos ou grupos com base em suas condições étnicas, econômicas e culturais. Pode manifestar-se de várias formas, desde discriminação institucional sutis até expressões mais contundente como tortura e a própria morte. Além disso, garantir a presença, participação e protagonismo das juventudes no processo de formulação de políticas é essencial para garantir que suas necessidades e perspectivas sejam adequadamente representadas.

É importante reconhecer a existência do racismo na seletividade com que as mortes e violências se direcionam para estas comunidades, com vista ao enfrentamento e combate das desigualdades resultantes desse fenômeno.

Colocado de maneira simples, pretendemos fornecer informação sobre como morrem nossos jovens por causas que a Organização Mundial da Saúde qualifica como violentas e evitáveis. Todavia, é nítido que estamos lidando com a violência letal, isto é, a violência em seu grau extremo, que representa só a ponta visível do iceberg de muitas outras formas de violência que campeiam cotidianamente em nossa sociedade.

Em um meio social que prevalece interesses individuais, a juventude é calada e/ou morta, deixando a estes, o caráter de reativos, ainda com políticas públicas acomodadas, cabe mencionar que as mesmas se configuram como ações do estado. Corroborando com a compreensão que tudo aquilo que um governo faz ou deixa de fazer, bem com os impactos de sua ação ou omissão. Assim, se um governo não faz nada em relação a alguma coisa emergente, isso também é uma política pública, pois envolveu uma acomodada decisão.

Oliveira e Durães (2021) tratam de entender se as ações dessas instituições e grupos fortalecem ou fragilizam esse direito e como o fazem. Isso porque ao seu fortalecimento se relaciona o fortalecimento de vidas, assim como sua fragilização está relacionada à morte. Quando pensamos que devemos reduzir a exposição de jovens à violência, sobretudo a letal, analisar em que medida as ações fragilizam ou fortalecem o direito à vida torna-se algo relevante. Quanto mais o direito à vida for fortalecido, principalmente para os grupos sociais mais vulneráveis — sabidamente jovens negros que crescem nas periferias urbanas.

### **3 CONCLUSÃO**

Para muitos jovens em situações de vulnerabilidade, a falta de acesso à segurança pública e à justiça perpetua um ciclo de desigualdades e injustiça. Muitas vezes, enfrentam discriminação racial, étnica ou socioeconômica, o que se traduz em oportunidades limitadas e maior propensão à violência institucional.

A lacuna no acesso à justiça impacta de maneira desproporcional jovens provenientes de comunidades vulneráveis e economicamente desfavorecidas. Essa camada da juventude, frequentemente precarizada, enfrenta obstáculos significativos ao tentar exercer seus direitos legais. O direito à vida, por exemplo, componente essencial dos direitos humanos, reconhecido internacionalmente como uma dimensão fundamental do bem-estar individual e coletivo.

No contexto das juventudes piauienses, garantir o acesso a educação pública de qualidade, emprego e oportunidades para desenvolvimento físico, mental e social das com programas de prevenção à violência e intervenção social podem garantir qualidade de vida e dignidade social. Esses programas podem incluir atividades educacionais, esportivas, culturais e de capacitação profissional. Participação das e nas comunidades, considerando o nível de participação da comunidade na promoção da segurança pública e o nível de integração das instituições públicas.

Vale enfatizar que há inércia por parte do poder público no que tange os problemas relacionados à socialização dos jovens e embora tenha havido melhorias, ainda há retrocesso nesse âmbito. Atlas (2017), nos encoraja com caminhos possíveis em que as evidências científicas apontam como efetivas para avançarmos quanto à segurança pública e acesso à justiça no período da juventude, tais como aquelas voltadas para o desenvolvimento de habilidades sociais e de vida, que envolve, por exemplo, promover habilidades de resolução de conflitos, raciocínio crítico, comunicação eficaz e empatia para ajudar os jovens a melhorar sua autoconsciência e a perceber e regular suas emoções de forma mais precisa. Também merece destaque intervenções que visam redução do acesso a armas de fogo por meio de leis.

### **REFERÊNCIAS**

**ATLAS das Juventudes.** [S.l.], 2022. Disponível em: <https://atlasdasjuventudes.com.br/wp-content/uploads/2022/02/Sumario-Jovem.pdf>. Acesso em: 12 nov. 2022.

**ATLAS da violência 2023** / coordenadores: Daniel Cerqueira; Samira Bueno – Brasília: Ipea; FBSP, 2023.

BRASIL. [Constituição (2013)]. **Estatuto da Juventude** (2013): Do Direito à Segurança Pública e ao Acesso à Justiça. Organização do texto: NI. 05/08/2013. ed. 2013.

CALAZANS, M. E. Juvenicídio. Verbetes publicado em **Dicionário Desenvolvimento e Questão Social**. 110 problemáticas contemporâneas. 2015. Ivo, Anete B. L. (coord.). 2ª ed. São Paulo: Annablume; Brasília.

CERQUEIRA, D e COELHO, D. (2017). **Democracia Racial e Homicídios de Jovens Negros na Cidade Partida**. TD 2267 - Ipea, Brasília, Janeiro de 2017

COJUV, CEDJUV, NUPEC-UFPI, IFPI. **Diagnóstico do Perfil das Juventudes Piauienses**. PI: FAPEPI, 2023. Disponível em: <https://docs.google.com/forms/d/1XX5hZ-LdyGDtHuT4eTbTRhA34lsp00AKKKjHf61Ijyc/edit?usp=drivesdk>. Acesso em: 14 mai. 2024.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**. 3a ed. São Paulo: n-1 edições, 2018, 80 p.

**Pele alvo: a cor que a polícia apaga** / Silvia Ramos...[et al.]; RJ: CESEC, 2022. ISBN: 978-85-5969-024-8. Outros Autores [S.l.].

SILVA, Elton Guilherme dos Santos. **Piauí vive cotidiano bélico com política do ‘deixa morrer’**. In: REDE DE OBSERVATÓRIOS DA SEGURANÇA. [S.l.]. 20 jan. 2022. Disponível em: <http://observatorioseguranca.com.br/piaui-politica-do-deixa-morrer/>. Acesso em: 14 nov. 2022.

VALENZUELA ARCE J. M. **Juvenicidio**. Ayotzinapay las vidas precárias en América Latina y España. Barcelona: Ned Ediciones; Guadalajara: iteso; Tijuana-Mx.: El Colegio de la Frontera Norte- El Colef, 2015.

VALENZUELA ARCE J. M. **Juvenicidio**. Ayotzinapay las vidas precárias en América Latina y España. In: Feffermann, Marisa. **Genocidio de la Juventud Negra: deconstruyendo mitos**. Barcelona: Ned Ediciones; Guadalajara: ITESO; Tijuana-Mx.: El Colegio de la Frontera Norte-El Colef, 2015. p. 165.